



COMPANHIA DAS LETRAS

Os sertões

EUCLIDES RODRIGUES PIMENTA DA CUNHA nasceu na localidade de Santa Rita do Rio Negro — atual Cantagalo, no estado do Rio de Janeiro —, em 20 de janeiro de 1866. Primeiro filho de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha e de Eudóxia Alves Moreira da Cunha, tornou-se órfão de mãe aos três anos, passando a viver, nas décadas seguintes, com parentes nas cidades de Teresópolis, São Fidélis, Salvador e Rio de Janeiro. Nesta última, entre 1883-4, foi aluno de Benjamin Constant no Externato Aquino, de quem tornou-se pupilo. Em 1886, assentou praça na Escola Militar da Praia Vermelha, da qual foi expulso dois anos depois, em razão de protagonizar uma manifestação na presença do ministro da Guerra, Tomás Coelho.

Depois de seu desligamento, Euclides passou uma breve temporada em São Paulo, onde colaborou no jornal *A Província de São Paulo* (hoje *O Estado de S. Paulo*). Com a Proclamação da República, foi reintegrado ao Exército por influência de Benjamin Constant, recém-empossado ministro da Guerra, e, no ano seguinte, casou-se com Ana Emília Solon Ribeiro. Formou-se bacharel em matemática e ciências físicas e naturais em 1892 e estagiou como engenheiro na Estrada de Ferro Central do Brasil. Descontente com os rumos da República, desistiu da carreira militar em 1896 e voltou a São Paulo para atuar como engenheiro civil. Em 1897, a convite de Júlio de Mesquita, foi à Bahia para cobrir o conflito em Canudos, mas deixou o arraial quatro dias antes do fim da guerra. Durante os cinco anos seguintes, dedicou-se à redação de *Os sertões*, que lhe rendeu uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL) e um cargo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Em 1904, o barão do Rio Branco nomeou Euclides chefe da missão de demarcação de fronteira entre o Brasil e o Peru — experiência relatada no ensaio *Peru versus Bolívia* (1907), no conto “Judas-Ahsverus” e na obra póstuma *À margem da his-*

tória (1909). De volta da Amazônia, prestou concurso e assumiu a cadeira de lógica do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

Morreu no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1909, aos 43 anos.

LILIA MORITZ SCHWARCZ é antropóloga, historiadora e editora. Professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), é também *global professor* na Universidade Princeton, curadora adjunta do Masp e colunista do jornal eletrônico Nexu. Foi *visiting professor* nas Universidades de Oxford, Leiden, Beown e Columbia. Teve bolsa científica da Guggenheim Foundation e fez parte do Comitê Brasileiro da Universidade Harvard. É autora, entre outros, de *Retrato em branco e negro* (Companhia das Letras, 1987), *O espetáculo das raças* (Companhia das Letras, 1993), *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos* (Companhia das Letras, 1998), *Racismo no Brasil* (Publifolha, 2001), *A longa viagem da biblioteca dos reis* (com Paulo Cesar de Azevedo e Angela Marques da Costa; Companhia das Letras, 2002), *O sol do Brasil: Nicolas-Antoine Taunay e seus trópicos difíceis* (Companhia das Letras, 2008), *Brasil: Uma biografia* (com Heloisa Murgel Starling; Companhia das Letras, 2015), e *Lima Barreto: triste visionário* (Companhia das Letras, 2017). Com André Botelho organizou, para a Companhia das Letras, duas coletâneas: *Um enigma chamado Brasil*, em 2009 (prêmio Jabuti), e *Agenda brasileira*, em 2011; e com Pedro Meira Monteiro, a edição crítica de *Raízes do Brasil*, em 2016.

ANDRÉ BOTELHO é professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nascido em Petrópolis (RJ), bacharelou-se em ciências sociais na UFRJ em 1994, concluiu o mestrado em sociologia em 1997 e o doutorado em ciências sociais em 2002 na Universidade Estadual de Campinas. Foi *visiting fellow* na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ, possui

diversas publicações e atua nas áreas de pensamento social brasileiro e teoria social.

ANDRE BITTENCOURT é graduado em ciências sociais pela UFRJ e mestre e doutor em sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da mesma universidade. Fez estágio-sanduíche na Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, e foi bolsista de pós-doutorado na Fundação Casa de Rui Barbosa e na Casa de Oswaldo Cruz (COC/ Fiocruz). Atua nas áreas de pensamento social brasileiro e sociologia da cultura. É autor de *O Brasil e suas diferenças: Uma leitura genética de Populações meridionais do Brasil* (Hucitec, 2013).

LUIZ COSTA LIMA é professor emérito da PUC-RJ. Em 2004, recebeu da Alexander von Humboldt-Stiftung (Alemanha) o prêmio de pesquisador estrangeiro do ano, na área de humanidades. Em 2011, a Universidade de Queensland, da Austrália, realizou o colóquio “Mimesis and Culture”, dedicado à sua obra. Seu *O controle do imaginário e a afirmação do romance* (Companhia das Letras, 2009) recebeu os prêmios de Ensaio da Biblioteca Nacional e da Academia Brasileira de Letras.

Euclides da Cunha

Os sertões
Campanha de Canudos

Estabelecimento de texto, notas e cronologia de
ANDRÉ BITTENCOURT

Introdução de
LILIA MORITZ SCHWARCZ E ANDRÉ BOTELHO

Posfácio de
LUIZ COSTA LIMA



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2019 by Penguin-Companhia das Letras
Copyright da introdução © 2019 by Lilia Moritz Schwarcz
e André Botelho

Copyright do posfácio © 2019 by Luiz Costa Lima

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua
Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Penguin and the associated logo and trade dress are registered
and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or

Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with
Penguin Group (USA) Inc.

PREPARAÇÃO

Lígia Azevedo

CRONOLOGIA

Andre Bittencourt

REVISÃO

Mariana Nogueira

<completar>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Cunha, Euclides da, 1866-1909

Os sertões : campanha de Canudos / Euclides da Cunha ;
estabelecimento de texto, notas e cronologia de Andre
Botelho ; introdução de Lilia Moritz Schwarcz. — 1ª ed.
— São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019.

ISBN 978-85-8285-087-9

1. Brasil, Nordeste – Descrição e viagens 2. Brasil –
História – Guerra de Canudos, 1897 3. Cunha, Euclides da,
1866-1909. Os sertões – Apreciação crítica 4. Literatura
brasileira I. Botelho, Andre. II. Schwarcz, Lilia Moritz. III.
Bittencourt, André. IV. Lima, Luiz Costa. V. Título.

19-24864

CDD-869

-981.05

Índice para catálogo sistemático:

1. Os sertões : Obra-prima euclidiana : Literatura brasileira 869
2. Guerra de Canudos : Brasil : História 981.05

Maria Alice Ferreira — Bibliotecária — CRB 8/7964

[2019]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.penguincompanhia.com.br

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Introdução — Crime e castigo: <i>Os sertões</i> na cultura brasileira — Lilia Mortiz Schwarcz e André Botelho	9
OS SERTÕES	
A terra	39
O homem	105
A luta	257
Posfácio — <i>Os sertões</i> : a obra plural de Euclides da Cunha — Luiz Costa Lima	659
<i>Notas</i>	687
<i>Cronologia</i>	695
<i>Referências bibliográficas</i>	xxx

Introdução

Crime e castigo: Os sertões na cultura brasileira

LILIA MORITZ SCHWARCZ E ANDRÉ BOTELHO

Muito se tem comentado o perfil cientificista de *Os sertões: Campanha de Canudos*, de Euclides da Cunha (1866-1909), publicado em 1902. Parece inegável a influência do pensamento evolucionista de sua época, incluídos traços deterministas e até preconceitos — tanto em relação aos temas raciais quanto aos geográficos. Nenhum livro, nem é preciso argumentar muito, por mais inovador que seja, consegue fugir inteiramente das circunstâncias da sua produção e do momento que o viu nascer; tanto em termos dos problemas abordados quanto dos recursos mobilizados para sua formulação, além das escolhas e valores nele expressos. É enganoso acreditar, porém, que todo livro participa de seu tempo da mesma forma. E é também equivocado traçar o período de uma obra enfatizando apenas o que possivelmente há de comum entre ele e outros contemporâneos, como se a contextualização fosse necessariamente um recurso homogeneizador de todos os pensadores que viveram no mesmo momento político, social e cultural. Tampouco vale a pena imaginar que obras como esta sejam apenas um “reflexo” imediato de seu tempo; são sempre mais que espelhos como crê o senso comum, pois ajudam a criar o tempo em que estão inseridas.

E o que torna *Os sertões* fascinante é exatamente o fato de que a análise e a narrativa que ele realiza levam qua-

se ao paroxismo os pressupostos cientificistas de que parte. Nesse sentido, trata-se de um livro do seu tempo mas também contra o seu tempo. Tal movimento, tanto interno quanto externo à obra, se relaciona sobretudo com o caráter traumático assumido pela Guerra de Canudos (1896-7) na nossa cultura, e a ele se deve, em grande medida, o lugar da obra no pensamento brasileiro. E, acrescentamos, muito de seu interesse atual. É esse movimento muito próprio de *Os sertões* que queremos aqui acompanhar.

A obra e o homem, o homem na obra

Há outra especificidade que se prende à recepção deste livro. Seu autor teve a vida tão colada ao episódio que retratou, e às interpretações que a ele aplicou, que muitas vezes os limites entre reportagem e biografia tornam-se tênues.

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha nasceu no dia 20 de janeiro de 1866, numa fazenda em Cantagalo, no Rio de Janeiro. Filho de Manuel Rodrigues Pimenta da Cunha, um guarda-livros, por lá viveu até o falecimento da mãe, Eudóxia Alves Moreira da Cunha, em 1869. O menino passa a morar, então, com os tios no município de Teresópolis. No entanto, já em 1871, morre sua tia materna e ele é transferido de casa, indo morar com tios, primeiro em Teresópolis, São Fidélis, e depois no Rio de Janeiro novamente.

Muitos críticos atribuem o gênio difícil do rapaz, manifesto em tantos momentos de sua vida adulta, à sua infância atribulada. Sem fazer um jogo de casualidade fácil, é inegável como essas primeiras experiências ecoarão em Euclides da Cunha pensador do Brasil, que sempre procurou por vários Brasis dentro de um só país.

De volta ao Rio de Janeiro, em 1883 o garoto completa sua educação no Externato Aquino, instituição dirigida pelo professor João Pedro de Aquino, cujo apelido era

Santo da Pedagogia Brasileira. Exageros à parte, pode-se dizer que foi por lá que o jovem Euclides tomou gosto pelos estudos científicos e conheceu Benjamin Constant, professor de matemática do colégio e líder republicano de claro pendor positivista, com quem, anos depois, e após a Proclamação da República, estreitaria contatos.

A partir de 1886, Euclides passou a cursar a Escola Militar da Praia Vermelha, uma espécie de ponto de encontro dos jovens cariocas de classe média durante a segunda metade do século XIX, e ambiente que forjou, entre os livros da biblioteca e a agitação das ruas, o dedicado estudante. Ali ele concluiu sua formação nas teorias evolucionistas que faziam imenso sucesso na época. De um lado, estava o determinismo racial, modelo também conhecido como darwinismo social, o qual supunha a existência de diferenças ontológicas entre as raças e sustentava que a mistura de grupos sociais distintos só poderia levar ao desequilíbrio e à degeneração da nação. De outro, estava o positivismo, filosofia social e política que igualmente dividia a humanidade, dispendo a Europa no topo da civilização e os indígenas brasileiros em sua base inferior. Tratava-se de momento de grande agitação política — eram os anos que antecederam ao golpe de 1889, que derrubou a monarquia no Brasil —, com repercussões na Escola Militar.

Foi ainda na condição de estudante da Escola da Praia Vermelha que Euclides tornou-se protagonista de um episódio de insubordinação, que acabaria por vincar sua trajetória futura. Era 1888, e o Brasil inteiro andava em polvorosa. Em maio fora abolida a escravidão. O Brasil que aceitou a existência de mão de obra compulsória durante mais de três séculos, que admitiu escravizados em todo o seu território, que recebeu 47% de todos os africanos e africanas que foram obrigados a deixar seu continente de origem, foi também o último país nas Américas a pôr fim a esse sistema. Nesse mesmo ano,

ganhavam em robustez e repercussão nacional não só o Partido Republicano como o Exército; dois focos fortes de oposição ao regime monárquico.

É de prever, portanto, a excitação dos jovens militares, que também procuravam se movimentar no sentido de promover a queda da monarquia. E foi nessa época que o líder republicano Lopes Trovão desembarcou no Rio, vindo da Europa. Os alunos da Escola Militar se organizaram, então, para bem recepcioná-lo, fazendo uma grande manifestação a favor da República. Tomando rumo contrário, o diretor do estabelecimento, general Clarindo Queirós, agendou para o mesmo dia uma visita de Tomás Coelho, ministro do último gabinete conservador da monarquia. O político era muito ligado à política do Segundo Reinado, já tendo atuado como vereador, deputado geral, ministro da Marinha, ministro da Guerra, senador e conselheiro do Império do Brasil.

Não é preciso ser oráculo para adivinhar que os alunos se insurgiram contra a atividade patrocinada pela Escola Militar. Programaram um ato de protesto que deveria ocorrer bem na chegada do ministro da Guerra. Foi Euclides da Cunha quem organizou e liderou o movimento. Quando a 2ª Divisão fazia continência ao ministro, o rapaz saiu da posição que lhe era determinada junto aos demais militares perfilados e, em moto contínuo, quebrou o sabre, dizendo: “Infames! a mocidade livre, cortejando um ministro da Monarquia!”.

O episódio custou caro ao jovem, que foi obrigado a deixar a Escola e o Exército —que lhe era facultada pelo fato de ele pertencer à instituição —, e ainda amargou uns dias na prisão. O evento, que ficou conhecido como Episódio da Baioneta ou Episódio do Sabre, teve clara importância simbólica naquele momento de temperatura elevada.

Euclides não era, porém, de se dar facilmente por vencido. Na sequência, viajou para São Paulo com o objetivo de engrossar o Movimento Republicano, por meio dos

artigos que escreveria como colaborador para *A Província de São Paulo*, mais tarde *O Estado de S. Paulo*. “A pátria e a dinastia”, artigo publicado em 20 de dezembro de 1888, marcou sua estreia no jornal republicano e lhe garantiu certo renome entre as elites cafeicultoras paulistanas, que aderiam à oposição ao regime monárquico.

De volta ao Rio, ele teve oportunidade de assistir, exultante, à Proclamação da República. Os tempos pareciam-lhe totalmente novos, e o jovem celebrou a chegada do que considerava ser o regime político ideal e mais justo. Suas posições políticas também lhe facultaram a reintegração no Exército; iniciativa de um colega de escola, Cândido Rondon. E, assim, Euclides da Cunha galgou ligeiro os degraus que havia perdido por conta de sua expulsão: em 19 de novembro do mesmo ano foi promovido a alferes-aluno e em 1891 concluiu os cursos de estado-maior e engenharia militar, ingressando na Escola Superior de Guerra e se tornando adjunto de ensino na Escola Militar.

Animado com a República, Euclides adere, também, ao “casamento civil”, uma de suas benesses, e contrai matrimônio, no dia 10 de setembro de 1890, com Ana Emília Sólon Ribeiro (1875-1951), filha do major Sólon Ribeiro, um dos principais defensores do novo regime.

Na vida de Euclides da Cunha, todavia, as situações jamais seriam estáveis, consolidadas ou duradouras. Em 1893, por ocasião da Revolta da Armada (1891-94), o senador João Cordeiro publicou textos em jornais cariocas defendendo o fuzilamento dos autores da insurreição que desafiara o governo republicano. Euclides, então oficial do Exército, revidou com um artigo na *Gazeta de Notícias*, periódico de grande circulação na capital do país. Foi punido com outro afastamento da vida militar.

Novamente reintegrado, remeteram-no como engenheiro à cidade de Campanha, em Minas Gerais, com a missão de reconstruir um quartel destruído. Mas, a essas alturas, Euclides já estava determinado a deixar a vida

militar, pois discordava das atitudes de respeito e obediência acríticas apregoadas pelo Exército.

Em 1895, pede e recebe uma licença da instituição, tendo sido considerado incapaz para o serviço militar em decorrência de uma tuberculose que contraíra tempos antes. A partir de então, Euclides literalmente se reinventou. Seguiu primeiro para a Fazenda Trindade, de propriedade do seu pai, em Belém do Descalvado, município de São Paulo, e ali se dedicou a atividades agrícolas. Depois, tornou-se engenheiro-ajudante na Superintendência de Obras Públicas do Estado. No ano de 1896, afastou-se definitivamente de qualquer ligação com o Exército, sendo reformado no posto de tenente.

Nesse momento, ele já era pai de Sólon Ribeiro da Cunha e Euclides Ribeiro da Cunha Filho e, ainda em Descalvado, decidiu regressar em 1897 à capital do estado, para tentar a sorte como colaborador de *O Estado de S. Paulo*. Foi essa mudança, por fim, que o converteu no “autor de *Os sertões*”.

O jornal então o designou para cobrir a 4ª Expedição contra Canudos, na condição de correspondente. O jornalismo de guerra, com o jornalista na posição de testemunha ocular, era atividade nova, assim como a oportunidade de presenciar um evento daquele porte e que mexera com a imaginação da população brasileira. Mexeu com a República, também, que logo transformou o que parecia até então ser um acontecimento sem maiores proporções num imenso bode expiatório.

O arraial de Canudos situava-se no interior do estado da Bahia, num local pouco conhecido pelos ilustrados da capital carioca. A região, caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico, passava então por uma grave crise econômica e social. Desenganados, abandonados pelos políticos e grandes proprietários, padecendo com a seca e a recessão que arruinavam o país, milhares de sertanejos dirigiam-se para aquela es-

pécie de cidadela liderada pelo peregrino Antônio Conselheiro (1830-97). Unido por uma crença na salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão secular tanto econômica como social, e que transformaria o sertão em mar, o arraial cresceu muito. Já a jovem República, assolada por crises políticas e econômicas, usou Canudos como válvula de escape, inflacionando a imagem de um “cancro monarquista”, nos termos da época, que pretendia a volta do antigo regime. Nada disso era fato, uma vez que o arraial carregava antes uma utopia de milenarismo e a crença num mundo melhor e mais inclusivo.

Por outro lado, a própria organização comunitária de Canudos e o comércio que realizava com a vizinhança tocaram nos brios dos grandes senhores da região, os quais, unindo-se à Igreja, que se sentia igualmente ameaçada pelo milenarismo do líder Antônio Conselheiro, deram início a uma forte pressão junto ao governo da República, pedindo que fosse aniquilado “tal cancro monarquista”.

O certo é que, boatos correndo à solta, Canudos se transformou numa conveniente desculpa, boa para encobrir os problemas da República. O mais estridente dos rumores era a afirmação de que Canudos andava armando-se para atacar cidades vizinhas e partir em direção à capital. E mais: que pretendia depor o governo republicano e reinstalar a monarquia.

A notícia não tinha pé nem cabeça: não havia chance de que um grupo de pessoas esquecidas pela República resolvesse atacá-la. Mas a grita se generalizou e o próprio Euclides, assinando como Proudhon, nome de um filósofo anarquista francês, chegou a investir contra a “barbárie” do movimento, oposto ao regime que representava a “civilização”.

Mas, se Euclides viajou convencido, voltou cheio de dúvidas. Ele pôde presenciar os verdadeiros massacres empreendidos pela República, que enviou três expedições

militares a Canudos, todas derrotadas, e depois conseguiu destruir o arraial, que foi incendiado, vitimando cerca de 20 mil sertanejos, muitos dos quais foram degolados, além dos 5 mil militares que pereceram nos combates.

Euclides perdeu então a convicção que carregava consigo ao chegar a Canudos. Além de publicar artigos no jornal que o contratou, o periodista lançou, em 1902, *Os sertões*, um livro essencial que teve imensa repercussão ao denunciar a carnificina praticada pelo novo governo.

Desiludido com o regime que lutara para instaurar, Euclides se afastou da cobertura política no jornal. Em 1898, assumiu o cargo de engenheiro na Superintendência de Obras Públicas de São Paulo, atuando em São José do Rio Pardo. Permaneceu nessa cidade até 1901, quando foi nomeado chefe do 5º Distrito de Obras Públicas, com sede no mesmo estado, no município de São Carlos do Pinhal.

A partir de 1903, ele já está em Santos, colaborando com a Comissão de Saneamento da cidade. No entanto, foi logo dispensado da tarefa, por desentendimentos, como sempre, com seu superior. Desempregado, procurou Lauro Müller, ministro da Viação e seu colega nos tempos da Escola Militar. Seu nome foi então recomendado ao barão do Rio Branco, que naquele período organizava uma comissão para o reconhecimento do rio Purus, na Amazônia: Euclides seria designado chefe da Comissão Mista Brasil-Peru.

Ele percorreu cerca de 6,4 mil quilômetros de navegação, alguns trechos, inclusive, a pé, e conheceu outras partes do Brasil, muito diferentes do que vira na capital do país. De volta ao Rio de Janeiro, apresentou o “Relatório da Comissão Mista Brasil-Peru de reconhecimento do Alto Purus” e passou a trabalhar no Ministério das Relações Exteriores com o barão do Rio Branco.

Entretanto, não se sentia definitivamente bem no ambiente do Ministério e, por isso, em 1908 decidiu candidatar-se à vaga para o cargo de professor de lógica no Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II: o mais tradicional e pres-

tigioso já naquele contexto. Foi um concurso difícil. Euclides disputou a vaga com um aspirante que se classificou em primeiro lugar. Na época, todavia, a legislação do ensino permitia que o presidente da República escolhesse entre os dois candidatos, e Nilo Peçanha, por influência de Coelho Neto, selecionou Euclides da Cunha. Empossado no dia 15 de julho de 1909, ele teria, porém, poucos encontros com sua turma de alunos. Em 15 de agosto do mesmo ano, foi assassinado por Dilermando de Assis, amante da esposa de Euclides, e depois marido, num dos episódios passionais mais comentados da nossa história. O escritor, que tanto condenou Antônio Conselheiro por não conseguir constituir uma família, teve muitos problemas com a sua.

Se a literatura nunca é um reflexo imediato da vida privada, aqui ela guarda uma clara correspondência. No caso de Euclides da Cunha, sua formação, as incertezas que viveu com relação à política, as teorias que aprendeu e adotou para si, e as experiências que acumulou pelo Brasil afora fizeram toda a diferença. Em *Os sertões* o autor estava presente, embora a obra fosse maior do que ele. Muito maior.

Contrariando o uso provinciano da ciência

A forma complexa como *Os sertões* se insere no contexto intelectual de sua época mostra-se decisiva na estrutura da obra. Formalmente, Euclides da Cunha segue o esquema positivista de Hippolyte Taine, que propunha a trilogia meio, raça e circunstâncias para a interpretação da história. O esquema é transposto ao plano narrativo como uma espécie de roteiro a partir do qual o escritor desenvolve sua análise em três partes que dividem e ligam o livro: a terra, o homem e a luta.

Em “A terra” são examinados elementos gerais da natureza física americana, mas num crescente ajuste de foco

para circunscrever a região de Canudos, tendo em vista, sobretudo, identificar as causas das secas que caracterizam o local do conflito. Dizem que a leitura em voz alta da primeira parte da obra reproduz o som sibilante do sertão; essa terra árida e persistente, na opinião de Euclides da Cunha, como o próprio sertanejo. A formação antropológica do brasileiro entendida como uma formação racial decorrente da confluência das três “raças” presentes de modo autóctone (indígenas) ou por imigração (europeias) e diáspora compulsória (africanas) constitui o tema central da segunda parte, intitulada “O homem”. Também nesta, o ângulo de abordagem vai sendo paulatinamente ajustado, passando das características mais gerais às mais particulares do fenômeno estudado — no caso, as características da população sertaneja. Importante observar que não apenas seus “tipos” como, igualmente, os costumes e mesmo o que poderíamos hoje chamar de cultura, como a própria religiosidade messiânica dos sertanejos, elemento central da Guerra de Canudos e, portanto, do livro, são traçados em relação a essa formação que se pretendia “física” e, em grande medida, como decorrência dela. O sertanejo seria um “degenerado”, pois é fruto da mistura de raças “mui diferentes” entre si, mas também um “forte”: como a água que sai do cacto. No final da segunda parte, todas essas dimensões convergem e se concretizam na análise da trajetória do líder carismático Antônio Conselheiro, que representaria ele próprio, em seu corpo, as ambiguidades de tais populações.

“A luta” é a parte mais longa do livro, correspondendo a cerca do dobro das duas primeiras juntas, e trata, enfim, da Guerra de Canudos em seis diferentes capítulos. *Os sertões* é fundamentalmente uma narrativa dessa guerra, do confronto entre um movimento messiânico sertanejo e as Forças Armadas — e, por meio delas, do Estado Republicano e da sociedade brasileira de então. Contudo, as duas partes que antecedem “A luta” tam-

bém a preparam, no sentido de permitirem a construção de sua inteligibilidade com os (melhores) recursos intelectuais disponíveis na época.

Dessa maneira, se perguntarmos pela imagem de sociedade e pela concepção de história que orientam de modo dominante o livro, dificilmente poderíamos fugir da constatação de que, numa dimensão, talvez a mais aparente da narrativa, estamos mesmo diante de uma visão determinista naturalista e positivista. Clima, geologia, natureza somados à formação racial das populações sertanejas dariam conta de explicar a configuração do fenômeno abordado. É isso que sugere, afinal, o próprio roteiro da obra.

Mas essa seria apenas parte da resposta. Para caracterizar o movimento próprio do livro, teríamos que lembrar também que, à semelhança de outras abordagens da época, o determinismo naturalista acaba por se combinar com uma visão evolucionista, relativamente inovadora naquele contexto intelectual, fazendo com que sociedade e história estejam em permanente transformação em *Os sertões*. Central, no livro, é o diálogo travado com teóricos deterministas europeus, como Ludwig Gumplowicz (1838-1909), que propunha a luta de raças como fundamento do processo histórico.

São noções de história e de sociedade em transformação às quais não falta sequer, em alguma medida, a convicção iluminista de que seria possível, por meio da ciência, prever os sentidos das suas mudanças e mesmo intervir neles. Note-se que tais concepções permaneceriam presentes por muito tempo, e talvez permaneçam ainda hoje, de maneiras renovadas, não apenas no debate intelectual mas também nas políticas de Estado no Brasil. Assim, ao lado das numerosas referências ao determinismo naturalista, então em voga, e de certa oscilação entre uma visão pessimista e outra relativamente otimista sobre as possibilidades de um projeto civilizatório moderno no

Brasil, podemos perceber em *Os sertões* muitas tensões que expressam, ao fim e ao cabo, as dificuldades de uma mera aplicação dos princípios naturalistas. *Os sertões*, nos parece, está inteirinho nessas tensões e contradições.

Hora de analisar, em traços gerais, o contexto intelectual sobre a questão racial para qualificarmos as tensões nele impressas por *Os sertões*. Sob o influxo do naturalismo, em geral, e do darwinismo social, em particular, o “biológico” foi adotado como modelo epistemológico cientificamente legítimo de explicação da realidade social, configurando, assim, ideias como a de uma luta universal dos organismos pela sobrevivência e, derivação necessária, de uma hierarquia natural que dividiria a humanidade em “raças superiores” e “inferiores”. Tomando esses dogmas como “leis científicas”, porque justificadas pela biologia, a maior parte da intelectualidade brasileira, como a sua congênere latino-americana, formulou uma série de diagnósticos sobre o trágico destino reservado às nações egressas do sistema colonial em função das suas constituições étnicas — teses aprendidas desde o pioneiro *Ensaio sobre a desigualdade das raças* (1853), do publicista do colonialismo europeu Arthur de Gobineau (1816-82), correspondente do imperador Pedro II; também muito influente nesse sentido era Nina Rodrigues (1862-1906), médico maranhense, criador da Escola Tropical da Bahia e ferrenho defensor das teorias deterministas raciais.

No Brasil, a convicção de que a mestiçagem constituía a base particular da formação da sociedade já era, porém, mais antiga. Remonta ao naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), vencedor do concurso de melhor plano para a história do Brasil, promovido em 1840 pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Segundo Von Martius, qualquer definição do que seria o “brasileiro” deveria partir da fusão das três diferentes raças que aqui se encontraram. Ele usava uma metáfo-

ra fluvial para mostrar que o “grande rio” brasileiro era composto de três raças distintas: a indígena, a negra e a europeia. No entanto, chama atenção como eram diferentes os três afluentes: o rio branco caudaloso (pois, ao que tudo indica, o naturalista conhecia melhor a história dos europeus), o segundo rio negro menor, e o indígena ainda mais diminuto, o que deveria corresponder à parca informação que o autor tinha sobre esse povo. Todavia, a mensagem era clara: a mestiçagem mistura, mas também separa e hierarquiza. Até o final do século XIX, no entanto, o programa de Von Martius formulado em “Como se deve escrever a história do Brasil” não encontrou muitos adeptos, nem no âmbito do IHGB. Nele, a orientação historiográfica predominante esteve centrada nos aspectos políticos e administrativos como formadores da nação, tal qual proposto por, entre outros, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-78) em sua *História geral do Brasil*, publicada entre 1854 e 1857.

Coube, sobretudo, a Sílvia Romero (1851-1914) retomar o plano original de Von Martius. E, embora faça ressalvas ao seu texto, Romero acaba se propondo a completá-lo do ponto de vista cientificista. Como o botânico, ele entendia que a história do Brasil é “antes a história da formação de um tipo novo pela ação de cinco fatores, formação sextiária em que predomina a mestiçagem. Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias. Os operários deste fato inicial têm sido: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira”.

A partir de Romero, ganhariam força ao menos duas posições básicas distintas a respeito do tema da raça, conceito que vinha ordenando a produção intelectual brasileira: baseando-se ambas na miscigenação, uma, tomando como premissa a ideia de que ela levaria à esterilidade se não biológica, cultural ao menos, sustentava a “inviabilidade” do país frente a qualquer “esforço de civilização”. A outra posição procuraria nos libertar

dessa suposta condenação apresentando um tipo de terapêutica étnica que assegurasse o gradual predomínio dos caracteres brancos sobre os negros, já muito presentes na nossa população miscigenada. Essa era a chamada teoria do branqueamento, que adquiriu especial visibilidade quando o governo brasileiro enviou João Batista Lacerda (1846-1915), então diretor do Museu Nacional, para apresentar a tese no Congresso Universal das Raças, realizado em Londres em 1911.

Além de ideologia discriminatória, fundamentada no dogma da supremacia das supostas “raças arianas”, o gradual “embranquecimento” da população foi pensado como um mecanismo normativo, capaz de garantir a coesão ou unidade étnica do Brasil. Conforme indicava Sílvio Romero, um dos seus principais entusiastas, a redenção étnica do país se daria da seguinte forma:

O tipo branco irá tomando a preponderância, até mostrar-se puro e belo como no velho mundo. Será quando já estiver de todo aclimatado no continente. Dois fatos contribuíram largamente para tal resultado: de um lado a extinção do tráfico africano e o desaparecimento constante dos índios, de outro a imigração europeia.

Vale lembrar que esse era também o modelo do “indigenismo romântico”, largamente financiado por d. Pedro II e presente na obra *Iracema* (1865), de José de Alencar (1829-77), os quais previam que o indígena iria desaparecer, dadivosamente, para que a “civilização”, a europeia, prosperasse.

Voltemos agora ao plano de *Os sertões*, que por certo se distancia do otimismo do Segundo Reinado ou de Sílvio Romero, de quem, talvez, se aproxime mais o *Canaã*, de Graça Aranha (1868-1931), igualmente publicado em 1902 mas por vários motivos livro antípoda ao de Euclides.

A tensão inicial operada em *Os sertões* é a de que os elementos geográficos e geológicos abundantes em sua primeira parte (“A terra”) estão também presentes, porém como imagens e metáforas, nas partes seguintes. Esse uso alegórico de categorias científicas certamente pareceu pouco ortodoxo ou rigoroso a alguns dos seus contemporâneos positivistas. Mas tal uso é decisivo para o principal argumento desenvolvido na segunda parte do livro: o do isolamento do sertanejo como fator histórico crucial para explicar o antagonismo entre litoral e sertão.

Se em “O homem” verifica-se até mesmo a reprodução de argumentos de Nina Rodrigues sobre a inferioridade das raças que formaram o Brasil, a tese mais importante de *Os sertões* acaba sendo forjada ali, justamente em contraste com ela: a de que o sertanejo seria antes um “retrogrado” do que um “degenerado”. E essa situação decorreria, paradoxalmente, da sua distância das influências negativas da “civilização de empréstimo” que se desenvolvera nas cidades do litoral.

As tensões, com relação ao que era de alguma forma hegemônico naquele contexto intelectual, seguem por toda a obra. Elas se expressam, sobretudo, na incrível dificuldade que Euclides encontra para fixar uma imagem efetiva do sertanejo. É por isso que o autor é levado a forjar a imagem ambígua (na verdade, um oxímoro) do “Hércules-Quasimodo”, pois de acordo com as circunstâncias ele oscilaria da fragilidade à força. Por fim, na terceira parte, na narrativa sobre as campanhas militares, prevalece a ideia, praticamente uma denúncia política, da resistência quase heroica dos sertanejos, até a sua trágica derrota final.

A viagem a Canudos, como tem ressaltado a fortuna crítica, foi decisiva para acentuar as ambivalências do escritor em face dos ideais de ciência e progresso, então dominantes, e para alterar profundamente sua visão sobre os sertanejos e o sertão. Em contraste com o que ocorre nos primeiros artigos publicados por Euclides da Cunha

na imprensa, a crítica aos excessos e contradições da República destaca-se notavelmente em *Os sertões*. Como observa Nísia Trindade Lima, a qual sugere que *Os sertões* também pode ser lido como uma espécie de viagem com origem no Rio de Janeiro da belle époque, a análise de Euclides desconcerta o leitor que busca a mera aplicação dos determinismos em voga ou pretende ler um relato contínuo e evolutivo sobre o incidente que abalou a Primeira República. Escreve ela:

O que se observa é a plasticidade das categorias sertão e litoral, essencialmente referências simbólicas que sofrem no texto uma série de deslocamentos. São os temas da inversão de papéis e comportamentos esperados dos habitantes do sertão e do litoral; entre sertanejos e as forças militares que os combatiam e da transformação súbita dos sertanejos e de sua realidade.

Como mostra *Os sertões*, a adoção do naturalismo, do evolucionismo e do positivismo — celebrada na afirmação de Sílvio Romero de que “um bando de ideias novas sobrevoou sobre nós” — nem sempre foi servil ou mecânica. É claro que, do ponto de vista das elites intelectuais brasileiras de então, a adoção dessas teorias também representava uma possibilidade de atualização e modernização da produção intelectual local em relação a certas vertentes do pensamento filosófico e científico dominantes na Europa. Porém, poucas vezes esse instrumental parece ter sido apropriado de modo tão consequente para expressar o que ele, de fato, trazia de mais inovador: o reconhecimento da luta e do conflito. No caso de *Os sertões*, conflitos disciplinados pelos paradigmas naturalistas-positivistas mas que arremetiam diretamente contra idealizações e dicotomias vigentes da ordem tradicional.

Mais do que isso, menos vezes ainda se terá visto um uso tão perspicaz das categorias naturalistas para apre-

sentar seus próprios limites explicativos, cuja adoção, entre nós, frequentemente realizou-se por meio da “naturalização” da nossa herança colonial e das relações sociais que, tendo por base a experiência de três séculos de escravidão, estruturaram a sociedade brasileira. Estruturaram e silenciaram, justamente, essas outras histórias e esses outros povos que não correspondiam exatamente aos modelos europeus.

É que a Guerra de Canudos, como já afirmamos, é um evento traumático que altera as perspectivas de Euclides da Cunha e lhe requer um uso inovador e alegórico das categorias de análise que estavam disponíveis. A mera “tradução” tornava-se difícil, e o autor atualizou conceitos com base na realidade que encontrou no sertão nordestino. Para expressar um evento tão trágico, exigia-se um novo repertório, ou ao menos novos sentidos para as categorias usuais.

Não faltou a Euclides, assim, a coragem de rever o que já sabia a partir do que descobriu em contato com a realidade terrível da guerra, expondo as fraturas e ambiguidades da nossa realidade social e do projeto republicano. Esse é, por sinal, um uso em nada provinciano da ciência, o qual antes se opunha à regular apropriação oligárquica do moderno no plano das ideias que, de certa forma, vinha e continuaria pavimentando todo um caminho brasileiro para eleger apenas uma determinada modernidade.

A guerra está em nós

O dualismo sertão/litoral forjado por Euclides da Cunha em *Os sertões* — onde o segundo termo expressaria uma civilização de empréstimo, de cópia da Europa, e o sertão, a autenticidade possível da nação — está, sem dúvida, entre as ideias mais persistentes do pensamento social brasileiro. Fez e vem fazendo fortuna, como se costuma dizer.

Por certo, à percepção do sertanejo como “rocha sólida” de uma civilização autêntica e à crítica de Euclides à “civilização de empréstimo” se associaram também outros sentidos, como o de elites econômicas, políticas e intelectuais voltadas para o consumo dos últimos modismos europeus, plantadas de costas para o seu próprio país, seus interesses, cultura etc. Ocorreu igualmente uma apropriação oposta, com os sinais trocados e representações negativas do sertanejo e do sertão, cujos conservadorismos e resistências a um processo civilizatório, ao fim e ao cabo inexorável, só se explicariam por uma mentalidade e uma religiosidade atávicas. Ou ainda a crítica conservadora e autoritária sobre a importação de instituições políticas ligadas ao liberalismo e à democracia que nada teriam a ver com nossa “realidade” profunda, tão cara a autores diferentes como Oliveira Viana (1883-1951) ou Gilberto Freyre (1900-87).

Em grande medida, tais representações ambivalentes acompanham *Os sertões* desde a sua publicação original, não só porque elas condensam problemas que já estavam presentes na sociedade e na cultura brasileira, mas também porque os formalizam num código simbólico tão potente como aquele do dualismo sertão/litoral. No Brasil, essa experiência dilemática pode ser recuada à época colonial, e localizada na dupla fidelidade dos nossos poetas árcades: fidelidade afetiva ao “rústico berço mineiro”, de um lado, e fidelidade estética à norma intelectual e social da metrópole, de outro, invocando ninfas a se banhar no Ribeirão do Carmo.

Joaquim Nabuco (1849-1910) consolidará a referida sensação de dualidade, em páginas célebres de *Minha formação* (1900), ao opor o sentimento brasileiro à imaginação europeia, criando um verdadeiro sentido de desterro: “Na América falta à paisagem, à vida, ao horizonte, à arquitetura, a tudo que nos cerca, o fundo histórico, a perspectiva humana; na Europa nos falta a pátria [...] De

um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país”.

Tal ideia de desterro está presente também, e ao lado de uma formulação sobre a transplantação da cultura europeia, em *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda (1902-82): “Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições, nossa visão de mundo, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

A codificação de experiências sociais tão complexas no dualismo sertão/litoral, tão influentes no pensamento social, na literatura, nas artes plásticas, no cinema e nos movimentos culturais do século XX, já seria suficiente para caracterizar o lugar especial que *Os sertões* ocupa na cultura brasileira. Entretanto, mais do que transmitir conteúdos, os livros agem, provocam reações no leitor e na comunidade de críticos e teóricos. Implicam e estimulam, igualmente, posicionamentos políticos. Nessa perspectiva, a força deste livro existe e resiste também em sua recepção. Não por acaso foi chamado de “livro vingador” em 1904, apenas dois anos depois de ser lançado. Tal foi seu impacto, que a Editora Laemmert, a mesma que o publicou, criou um volume, intitulado *Juízos críticos*, recolhendo análises feitas à obra. Na imensa repercussão, grande até para os dias de hoje, encontramos pistas importantes sobre o sentido de *Os sertões* na nossa cultura. O livro balançava convicções, denunciava um genocídio, reconhecia a existência de vários Brasis e punha em questão as bases da República no país.

Desde a crítica de José Veríssimo (1857-1916), estampada no rodapé literário do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, no dia seguinte à publicação, às de Araripe Júnior (1848-1911), que foram difundidas em fevereiro e março de 1903 no *Jornal do Comércio*, passando pelas de Medeiros e Albuquerque (1867-1934), Coelho Neto

(1864-1934) e demais literatos, impressiona o impacto causado, desde cedo, por *Os sertões*.

Mas as críticas permitem também recuperar outro embate, que permaneceria conosco por décadas e ainda não desapareceu por completo: se tinham ou não caráter científico as ideias de Euclides da Cunha. Não por acaso, em praticamente todas as resenhas da referida antologia: afirma-se (como no caso de José Veríssimo), nega-se (como no de José Maria Moreira Guimarães) ou suspeita-se (como no de Araripe Júnior) que *Os sertões* promova um bem-sucedido “consórcio da arte com a ciência”; ideia, aliás, bastante cara ao próprio autor da obra.

Mais importante, porém, é perceber como a afirmação ou a negação do caráter “científico” e/ou “artístico” das formulações euclidianas, o peso da “ciência” ou da “arte”, da “razão analítica” ou da “imaginação”, imbricam-se frequentemente com a ratificação, rejeição ou mesmo condenação da sua interpretação sobre o massacre de homens, mulheres e crianças no sertão da Bahia e, particularmente, da atribuição de responsabilidades pela tragédia aos próprios sertanejos ou, antes, ao Exército.

Lembremos, a Guerra de Canudos mobilizou cerca de 12 mil soldados distribuídos em quatro expedições militares e deixou um saldo de aproximadamente 25 mil pessoas mortas. Para uma sociedade que gosta de repetir para si e para os outros o mito da sua pacificidade, um saldo repugnante.

Naturalmente, os debates sobre a Guerra de Canudos não desapareceram, e parecem mesmo redivivos hoje, quando a história militar brasileira passa por novas ondas de reinterpretação. Não faltará muito, tudo o indica, para que também *Os sertões* integrem o novo revisionismo historiográfico em curso na sociedade no fim desta segunda década do século XXI. Não por acaso, a guerra é também chamada de Campanha de Canudos, quando se aproxima ou se atualiza o ponto de vista do Estado,

da modernização conservadora, das elites dirigentes e da opinião pública da então capital federal.

É que, há 117 anos, a narrativa exemplar e polêmica do conflito de Canudos realizada por Euclides da Cunha parece desempenhar, guardadas as devidas proporções, também um papel expiatório na sociedade brasileira — como o “castigo” na ficção de Fiódor Dostoiévski ou a “pena” na sociologia de Émile Durkheim. É porque os livros, como procuramos explicar, operam não apenas no plano intelectual, mas ainda no sociopolítico e cultural, enraizando-se nas consciências e participando da organização dos grupos sociais e da sociedade como um todo.

Assim, parece que, como Euclides da Cunha ao escrevê-lo e seus contemporâneos ao recebê-lo, prosseguiremos com *Os sertões* também para tentar expiar nossa culpa e tentar recompor, no plano simbólico, a fratura que o extermínio dos sertanejos criou na sociedade brasileira em meio ao seu processo de modernização conservadora e em nome da “razão de Estado”.

Experiência e narrativa

De início, Euclides da Cunha parecia disposto, imbuído que estava dos valores e preconceitos dominantes do seu tempo, a condenar o sertanejo e o arraial de Canudos. No entanto, acabou se aproximando não apenas geograficamente mas cultural e politicamente do sertão, desse “desertão”, pedaço de terra “insulado no país que não o conhece”. E mais, o autor desafiante afirma que para essa parte do Brasil “ainda não existe historiador”. A história pararia na Capital Federal e para aí retornaria. Num país que o jornalista de guerra descobria diverso e profundamente desigual, a única história possível seria a pretensamente europeia e por certo eurocêntrica, insulada no Rio de Janeiro.

O livro emblemático, talvez o mais extensamente analisado pela crítica literária brasileira, termina alardeando as dificuldades do narrar; a impossibilidade de comemorar. Em vez da estrutura épica, do grande desfecho, surgem os limites da palavra, e do próprio ato de comunicar realidades tão distintas.

O fim de *Os sertões*, em lugar de um triunfo, como queria o jornal que enviou o correspondente, lembra uma catástrofe para a qual Euclides não encontrou boas palavras ou descrição possível. Tudo faz recordar o relato de Walter Benjamin (1892-1940) no texto “Experiência e pobreza”, de 1933, quando o autor pôde observar o retorno dos soldados da Primeira Guerra Mundial, feito em silêncio. Não havia do que ou por que falar. O trauma de ver colegas morrerem, de abrir os campos de concentração, calou os soldados, os quais chegavam a seus países com a tristeza do drama humano que experimentaram, não com o júbilo da vitória.

Não por coincidência, na “Nota preliminar” de *Os sertões*, escrita com certeza no final de sua feitura, Euclides se dedica à tarefa de “denunciar”.

[...]

Aquela campanha lembra um refluxo para o passado.

E foi, na significação integral da palavra, um crime.

Denunciemo-lo.

E tanto quanto o permitir a firmeza do nosso espírito, façamos jus ao admirável conceito de Taine sobre o narrador sincero que encara a história como ela o merece: [...] ele se irrita contra as meias verdades que são as meias falsidades, contra os autores que não alteram nem uma data, nem uma genealogia, mas desnaturam os sentimentos e os costumes, que conservam o desenho dos acontecimentos mudando-lhes a cor, que copiam os fatos desfigurando a alma: quer se sentir como bárbaro entre os bárbaros, e entre os antigos, como antigo.

No jogo entre memória, ensaio e poesia o trecho lembra, também, um poema do próprio Euclides da Cunha:

Página vazia¹

*Quem volta da região assustadora
De onde eu venho, revendo inda na mente
Muitas cenas do drama comovente
Da Guerra despiedada e aterradora,*

*Certo não pode ter uma sonora
Estrofe, ou canto ou ditirambo ardente,
Que possa figurar dignamente
Em vosso álbum gentil, minha senhora.*

*E quando, com fidalga gentileza,
Cedestes-me esta página, a nobreza
Da vossa alma iludiu-vos, não previstes*

*Que quem mais tarde nesta folha lesse
Perguntaria: “Que autor é esse
De uns versos tão malfeitos e tão tristes?”*

Escrito em 1897, logo depois que Euclides voltara da expedição de Canudos, o poema (coletado por Francisco Foot Hardman) revisita o conflito vivenciado pelo autor em seu livro. O poema, a rigor um ditirambo — forma poética que implica criação livre e canta a alegria e a exaltação —, na pena de Euclides surge, mais uma vez, como economia de contrastes nas páginas vazias, tristes, revoltadas de *Os sertões*. Não consta do livro, mas é contemporâneo a ele e sinaliza a sensação do autor ao voltar para a “civilização”. Tudo se parecia com uma página vazia.

Um dos sentidos de “denunciar” é “levar ao conhecimento”, e Euclides da Cunha se valeu da posição de “testemunha”, daquele que experimenta a situação in loco,

ou, como define Hannah Arendt, daquele que “fica para contar”, para não deixar esquecer. Por outro lado, o escritor parece acreditar em outra história; uma história mais identificada com aqueles que pretende descrever. Que não os condena sumariamente, ou lhes dedica o lugar da “ausência”. Ausência de lógica, de costumes, de realidade. Na verdade, Euclides da Cunha denuncia a invisibilidade que o governo da República dedica a esses brasileiros, e anota o silêncio da imprensa com o silêncio de sua narrativa, que perde todo o excesso para ganhar em síntese, quando as frases se tornam ainda mais curtas, diretas, denunciando o trauma do próprio jornalista.

Mesmo diante do filtro do governo e da imprensa, nosso autor anuncia sua fiel intenção de narrar. Narra e impacta com o imaginário da guerra, com essa narrativa ausente, ou com a impossibilidade discursiva de narrar o horror.

Joseph Conrad (1857-1924), em seu romance *Coração das trevas* (1902), escreveu as mais duras páginas sobre o horror presenciado no Congo Belga. “O horror”, repete o narrador, “o horror”, sem ter que explicar aquilo que ele vê mas não entende. Na narrativa do horror, os silêncios impactam; é o que não se diz que impede a tradução fácil.

Aí está a pena forte dessa que foi uma geração desconfiada. Desconfiada da modernidade, e que começava a problematizar as representações do senso comum sobre os papéis de “civilizados” e de “bárbaros” nessa sociedade. Afinal, o Estado Republicano, que se apresentava oficialmente como meio de civilização do Brasil, acabara por promover um assassinato em massa de parte de sua população sertaneja.

Assim, se parecia difícil escapar dessa literatura engajada — que redescobria o Brasil com jeito de atividade missionária, quando não visionária —, o andamento de *Os sertões* acaba por desfazer do que seu próprio autor pregou nas duas primeiras partes do livro. Em vez do de-

terminismo da “terra”, da visão evolutiva de “o homem”, “a luta” mostra uma obra em movimento e um escritor que não tem medo de rever a teoria e repensar o que parecia verdade assegurada. Talvez por isso no final do livro Euclides acuse sentir “vertigem” diante de tudo que pensava, até então, conhecer.

Euclides da Cunha usou as ferramentas que tinha, para subvertê-las. Seu mestiço era forte, e a civilização nunca esteve tão avizinhada da barbárie. De nada adiantaram as citações de Broca, Gumpłowicz ou Moray, que tanta certeza passavam, com seus modelos deterministas que previam tudo: geografias, climas, homens e raças.

Por outro lado, o corpo de Antônio Conselheiro entra para sempre no imaginário local, como tantos outros corpos que fizeram história. Ali estava o corpo de Conselheiro, o crânio de Conselheiro, tantas vezes maldito. A sua cabeça surge como prêmio para essa civilização que se vinga e impõe o progresso. “Estamos obrigados ao progresso”, confessa o autor.

Restituíram-no à cova. Pensaram, porém, depois, em guardar a sua cabeça tantas vezes maldita — e, como fora malbaratar o tempo exumando-o de novo, uma faca jeitosamente brandida, naquela mesma atitude, cortou-lha; e a face horrenda, empastada de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores...

Trouxeram depois para o litoral, onde deliravam multidões em festa, aquele crânio. Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura...

O crânio de Conselheiro, devidamente medido por Nina Rodrigues, deveria confirmar a loucura, colocar um ponto-final na história e cumprir uma espécie de função

catártica para essas populações que deliravam diante da morte. Aí está o fim deste livro, inconcluso nas interpretações que suscita. Progresso, crime e loucura parecem estar em suspenso. Em suspenso estão o corpo do Conselheiro e das 25 mil mortes que ele personifica, os limites e proximidades entre o litoral e o sertão, bem como o próprio livro.

Dizem que, quando há muito silêncio, sobra contradição. *Os sertões* é um livro escrito há mais de um século, mas ainda atual entre nós. Ele continua tanto a denunciar o crime — e o castigo — de uma sociedade eurocêntrica, violenta, autoritária, desigual e excludente, quanto a desafiar as nossas certezas e respostas fáceis; assim como atenta contra as polaridades e dicotomias estanques. Mas, atenção: o sertão, definitivamente, e como diziam os seguidores de Antônio Conselheiro, havia de virar mar (e o mar, de virar sertão).

Nota

- 1 Esse poema foi lido no texto *Brutalidade antiga: Sobre história e ruína em Euclides*, e sua transcrição foi obra de Francisco Foot Hardman.